

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

DECISÃO RECURSO
Nº 001/2023

Referência: Pregão Eletrônico nº 005/2023 – CBMPA.

PAE nº: 2022/382298.

Objeto da licitação: contratação de empresa especializada no fornecimento de kit lanche (tipo 1, embalagem contendo 07 itens: sanduíche, suco de fruta, água mineral, biscoito, fruta, paçoca e cereal em barra e; tipo 2: embalagem contendo 02 itens: sanduíche e suco).

Empresa Recorrente: Menezes de Brito LTDA, CNPJ nº 45.622.906/0001-86.

Empresa Recorrida: C Q Comercio e Serviços Alimentícios e Eventos LTDA, CNPJ 09.356.159/0001-18.

Pregoeira: Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM.

Data do Certame: 15 de fevereiro de 2023, às 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto no Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o recurso por ter atendido os preceitos estabelecidos no art. 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Registramos a intenção de recurso de vido o entendimento errôneo ao sumula do TCU, para inclusão de documentos por meio de diligencia.

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, Menezes de Brito LTDA, CNPJ nº 45.622.906/0001-86, apresentou as suas razões via sistema, parcialmente em conformidade com a manifestação intencionada.

4.1. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...)

E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que pedimos a inabilitação da empresa C. Q. COMÉRCIO E SERVIÇOS ALIMENTÍCIOS E EVENTOS LTDA, uma vez que as mesmas não cumpriram com as exigências do edital, assim pedimos deferimento, evitando assim, maiores transtornos.

(...) Grifo nosso.

5. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, C Q Comercio e Serviços Alimentícios e Eventos LTDA, CNPJ 09.356.159/0001-18, com base no §2º do art.44 do decreto estadual nº 534/2020 não apresentou as suas contrarrazões.

6. DA ANÁLISE DO RECURSO

Trataremos primeiramente do que tange à proposta, onde a recorrente alega que:

Já no item 8.5.2 do edital, informa que documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro (a), está a solicitação de catálogos, não sendo apresentado pela arrematante, a não ser uma montagem própria que não apresenta característica alguma do produto, postergando o item 8.5.2.1 do edital: No caso de apresentação de catálogos próprios, os mesmos somente serão aceitos se a licitante que realiza o envio seja a própria fabricante do objeto. Claramente podemos observar que a arrematante não é a fabricante dos produtos ofertados. Anexo um dos folders de um dos produtos ofertados para demonstrar o que é o catalogo do produto*. Grifo nosso.

A despeito deste assunto temos que a proposta apresentada pela empresa C Q Comercio foi formalmente encaminhada ao setor demandante (propostas inicial e final e catálogo de produtos), a qual após análise foi aprovada (p. 389 a 393) e, com isso aceita, via sistema, por esta pregoeira.

Quanto à solicitação de tais catálogos, a mesma encontra amparo nos itens 7.31.2, 8.5, 8.5.1 e 8.5.2 do edital, com isso, foi requerido via chat à empresa C Q Comércio a apresentação de seus catálogos, o que fora realizado após prorrogação de prazos concedidos por esta pregoeira, sendo apresentado o catálogo, constante nos autos (p. 399). Da alegação de que se trata de montagem própria o entendimento desta pregoeira é de que a empresa C Q Comércio juntou as imagens dos produtos industrializados por ela ofertados em um único documento e encaminhou via sistema, não se tratando assim, de confecção de catálogo próprio, como se fabricante fosse, pois a mesma claramente não é fabricante de nenhum dos produtos ofertados, pelo contrário, trata-se de produtos de marcas conhecidas no mercado. Assim como, no próprio exemplo enviado pela recorrida, do suco jandaia, o fez de maneira similar, quando copiou a informação nutricional do produto e nos enviou.

Ocorre que em nenhuma das duas hipóteses tais apresentações geram prejuízos à análise dos objetos ofertados, visto que, em pesquisa rápida aos sites de domínio público, inclusive no site dos fabricantes, tivemos acesso a tais

informações, conforme registrado na ata da sessão pública no dia 15/02/2023, às 14:46:47 (p. 462), a seguir transcrita:

(...)

Pregoeiro - 15/02/2023 - 14:46:47 - Para C Q COMERCIO E SERVICOS ALIMENTICIOS E EVENTOS LTDA - Sr. licitante, V.S.^a deverá enviar os catálogos, para verificarmos pelas imagens e/ou informações técnicas se os produtos cumprem os requisitos. Sendo que sugiro que verifique nos sites dos produtos quais se quer fornecer. Sendo que esta equipe técnica em consulta rápida aos sites, foi verificado que a água INDAIA é de 330mL e o biscoito Bauducco cream cracker é de 8,5g e não 9,5g.

(...) Grifo nosso.

E ainda, sobre a especificação dos itens industrializados, rege o item 2 do Termo de Referência (TR) que:

Kit Lanche Tipo I (...) 01 (um) suco de fruta (sem aditivos "leite") em caixa com 200 ml, 02 (duas) garrafas de água mineral de 300ml, 01 (um) sachê de biscoito com 8.5g (...) 01 (um) tablete de paçoca com 20g no mínimo e 01 barra de cereal pacote com 20g no mínimo (...)

Com base em tais informações, é nítido que para a verificação do cumprimento das exigências expressas no TR não há o que se verificar na informação nutricional do produto, visto que a própria embalagem resguarda informação suficiente, que é a marca (para compatibilizar com a proposta) e a gramatura (para compatibilizar com o TR), a exceção do suco, que se fez necessário verificar sobre a adição de leite, o que também foi possível de se realizar com base na embalagem. A despeito deste tema, temos claro nas normas que a avaliação das propostas devem se ater a especificação no TR, não havendo o que se exigir fora do que previamente estabelecido no instrumento convocatório, não se vislumbrando, portanto quaisquer irregularidades neste ato. Registre-se ainda que caso esta pregoeira e/ou o setor demandante que aprovou a proposta tivesse dúvidas, poderia ainda ter requerido a amostra, nos termos do edital, o que não foi julgado necessário.

Há de se registrar ainda os sites de domínio público acessados com fins de melhor analisar os produtos industrializados ofertados no kit lanche: suco de fruta: <https://sucosjandaia.com.br/produto-jandaia/nectar-de-caju-pronto-para-beber/>; água mineral: <https://minalbabrasil.com.br/marcas/indaia/agua-mineral-indaia/portfolio/>; biscoito: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1696364217-biscoito-bauducco-sach-cream-cracker-370-sachs-brinde-_JM?matt_tool=18956390&utm_source=google_shopping&utm_medium=organic; paçoca: <https://www.santahelena.com/produtos/doces/pacoquita/288g/retangular-embalada> e; cereal: <https://nutry.com.br/produtos/barra-de-cereal/>.

Quanto ao questionamento no que tange à habilitação, para fins de melhor entendimento dos fatos, cumpre destacar que fora registrado em ata da sessão pública de 16/02/2023, de 11:44:16 às 11:44:22 (p. 465) que nos termos do item 5.3 e 9.27 do edital fora realizado download diretamente do SICAF de alguns documentos de habilitação.

Quanto a isto, o item 5.3 do edital rege que: "Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas."

Do exposto, a recorrente alega o descumprimento do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, conforme a seguir transcrito: "(...) Ao verificarmos o processo e nítido que não ocorreu o exigido no mesmo, que seria o direito ao acesso aos dados pelos demais licitantes".

Ocorre que a recorrente em momento algum solicitou acesso aos autos, o que é previsto nas normas e no edital (item 11.4), tendo em vista que não há meios parametrizados no sistema para esta pregoeira disponibilizar documentos no sistema Compras Governamentais (realizar upload), mas sim, o que preconizam as normas é que o pregoeiro deverá registrar as diligências feitas em ata da sessão pública, o que fora devidamente realizado (p. 465 a 466).

Quanto à alegação de que:

(...)

Contudo ao verificar a ata percebemos o total desrespeito as exigências do edital, uma vez que se abre a possibilidade de ser apresentado documentos após a fase de recebimento de proposta e habilitação, não é apresentado todos os documentos exigidos no edital e quando realizado diligencia para apresentação de folders/catálogos os mesmos não são apresentados.

(...)

O licitante não foi claro a respeito de que documento fora incluso, se somente a alegação quanto aos catálogos, já respondida acima ou se algum outro, pois isso auxiliaria em uma resposta mais objetiva e precisa, diante disso, trataremos em linhas gerais a respeito do assunto, onde, neste processo licitatório fora requerido à recorrida, via sistema no dia 15/02/23, às 16:08:56 (p. 463), o envio do documento relativo ao item 9.18. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal (LF) (...), com base no acórdão do TCU nº 1211/2021, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, julgado em 26/05/2021, documento este que, logo após a habilitação da recorrida, fora identificado ainda que o mesmo estava disponível no SICAF, conforme se comprova no "Relatório Nível V – Qualificação Técnica", acessado em 15/02/2023, às 11h24min (p. 409).

E, conforme anotado na ata de sessão pública, 16/02/2023, de 11:44:28 às 11:45:35 (p. 465 a 466), o CBMPA tem entendimento firmado de que tal acórdão permite a requisição de documentos, em alguns casos, desde que os mesmo sejam pré-existentis à sessão de abertura do processo licitatório, portanto, não vislumbro em tal ato qualquer irregularidade, bem como em suas razões a recorrente não apresentou nenhum argumento contrário a despeito para que se pudesse travar alguma discussão.

Da alegação quanto a não solicitação do previsto no item 4.2 do Termo de Referência, temos que se trata de condição de garantia e, que não consta expressa a necessidade de requisição de documento na fase de habilitação, cabendo então à gestão do contrato fazer as devidas verificações.

De todo o exposto, o que se nota é que a empresa C Q Comércio atende aos requisitos do edital e, que diligências foram realizadas pela equipe técnica, devidamente registradas em ata, e ainda, as informações quanto aos produtos ofertados são de domínio público e, esta administração, com base no edital, lhe era facultado requerer amostra (prova de qualidade), no entanto, abriu mão de tal possibilidade, por entender suficiente aos termos exigidos as informações repassadas, as quais poderia inclusive ter sido verificadas somente com base nas marcas

dos produtos.

Neste ato, é válido ratificar que esta administração adota em seus procedimentos licitatórios o formalismo moderado, o que não significa a não observância do princípio da legalidade, mas apenas a sua adequação às situações fáticas, de modo que não se imponham burocracias desnecessárias para o alcance das finalidades almejadas pela administração, o que pode ensejar na desclassificação de propostas de menor preço que atenda às especificações do edital, prejudicando com isso a administração pública.

7. CONCLUSÃO

7.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL, decidindo por manter a decisão que aceitou e habilitou a empresa C Q Comercio e Serviços Alimentícios e Eventos LTDA, CNPJ 09.356.159/0001-18 no PE nº 05/2023/CBMPA, tendo em vista que a mesma cumpriu os requisitos estabelecidos no edital e em seus anexos;

7.2. Nos termos do inciso III do art. 13 do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos da pregoeira, quando esta mantiver sua decisão;

7.3. Dar publicidade a esta decisão no sistema Compras Governamentais, Compras Pará e site do CBMPA;

7.4. É a decisão.

Belém-Pará, 02 de março de 2023.

Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM
Pregoeira do PE nº 05/2023 - CBMPA

Fechar